



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**13ª Vara Federal de Curitiba**

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -  
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

**PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL Nº 5030176-78.2017.4.04.7000/PR**

**REQUERENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**ACUSADO:** ANTONIO CARLOS VIEIRA DA SILVA JUNIOR

**ACUSADO:** ANDRE GUSTAVO VIEIRA DA SILVA

**ACUSADO:** ALDEMIR BENDINE

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Trata-se de representação do MPF por prisões cautelares e buscas e apreensões relacionadas a Aldemir Bendine, André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior.

**Decido**

2. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

A investigação, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a ação penal 5047229-77.2014.404.7000.

Em grande síntese, na evolução das apurações, foram colhidas provas, em cognição sumária, de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, IESA e GDK teriam formado um cartel, através do qual teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petrobras para a contratação de grandes obras.

Além disso, as empresas componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculadas em percentual, de um a três por cento em média, sobre os grandes contratos obtidos e seus aditivos.

Também constatado que outras empresas fornecedoras da Petrobrás, mesmo não componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, também em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

A prática, de tão comum e sistematizada, foi descrita por alguns dos envolvidos como constituindo a "regra do jogo".

Receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada.

Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

Aos agentes e partidos políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

É possível realizar afirmação mais categórica em relação aos casos já julgados.

Destaquem-se, entre outras, as ações penais 5083258-29.2014.4.04.7000, 5083376-05.2014.4.04.7000, 5083838-59.2014.4.04.7000, 5012331-04.2015.4.04.7000, 5083401-18.2014.4.04.7000, 5083360-51.2014.4.04.7000, 5083351-89.2014.4.04.7000 e 5036528-23.2015.4.04.7000, nas quais restou comprovado, conforme sentenças, o pagamento de milhões de reais e de dólares em propinas por dirigentes das empreiteiras Camargo Correa, OAS, Mendes Júnior, Setal Óleo e Gás, Galvão Engenharia, Engevix Engenharia e Odebrecht a agentes da Diretoria de Abastecimento e da Diretoria de Engenharia da Petrobrás.

Merecem igualmente referência as sentenças prolatadas nas ações penais 5023135-31.2015.4.04.7000, 5023162-14.2015.4.04.7000 e 5045241-84.2015.4.04.7000, nas quais foram condenados por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, os ex-parlamentares federais Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto, João Luiz Correia Argolo dos Santos e José Dirceu de Oliveira e Silva, por terem, em síntese, recebido e ocultado recursos provenientes do esquema criminoso.

### 3. O presente caso insere-se neste contexto.

Entre os casos já julgados, encontra-se a já referida ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000.

Provado naquele caso, acima de qualquer dúvida razoável, que empresas do Grupo Odebrecht teriam pago propinas de pelo menos R\$ 108.809.565,00 e USD 35 milhões em propina às Diretorias de Abastecimento e de Engenharia e Serviços da Petrobrás, como reconhecido na sentença.

Os valores da propina ainda foram, sucessivamente, submetidos a complexos mecanismos de ocultação e dissimulação.

Também provada a responsabilidade pessoal de Marcelo Bahia Odebrecht, Presidente do Grupo Odebrecht, que foi condenado por crimes de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Provado ainda que os pagamentos foram efetuados, no âmbito do Grupo Odebrecht, por uma área específica da empresa denominada de Setor de Operações Estruturadas.

Marcelo Bahia Odebrecht e outros executivos do Grupo Odebrecht celebraram supervenientemente acordo de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República e que foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Posteriormente, o eminente Ministro Edson Fachin remeteu parte das provas decorrentes a outros Juízos.

Entre eles a Petição 6646 que, distribuída a este Juízo, tomou o nº 5022683-50.2017.4.04.7000.

Referido processo contém depoimentos de Marclo Bahia Odebrecht e de Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos, este Presidente da Odebrecht Ambiental, e que tratam de supostos pagamentos de vantagem indevida a Aldemir Bendine.

Aldemir Bendine foi Presidente do Banco do Brasil entre 17/04/2009 a 06/02/2015 e depois Presidente da Petrobrás até 30/05/2016.

Segundo Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos, em seus depoimentos de n.os 1 e 2 (evento 1, anexo2, anexo8 e anexo10), foi ele procurado em junho de 2014 por André Gustavo Vieira da Silva.

André Gustavo Vieira da Silva afirmou ser representante de Aldemir Benine. Relatou ter conhecimento de três processos envolvendo créditos do Grupo Odebrecht junto ao Banco do Brasil. As conversas evoluíram no que diz respeito a um único crédito envolvendo alongamento de dívida da Odebrecht Agroindustrial. Andre Gustavo Vieira da Silva teria afirmado que Adelmir Bendine "exigia um 'pedágio' para si próprio, condicionando a aprovação do crédito ao pagamento". E ainda: "inicialmente, ainda naquele encontro, ele falava em percentuais na ordem de 2% a 3%, o que daria algo entre R\$ 58 e R\$ 87 milhões". Posteriormente, em negociação, foi solicitado por André Gustavo Vieira da Silva um valor somente de dezessete milhões de reais.

Em posterior encontro de Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos com o próprio Aldemir Bendine teria sido confirmado que André Gustavo Vieira da Silva era emissário deste.

Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos teria comunicado a solicitação a Marcelo Bahia Odebrecht, que, no entanto, resolveu não realizar o pagamento, por entender que ele, o pagamento, não influenciaria o alongamento da dívida da Odebrecht Agroindustrial.

Afirma o MPF que registro de tal solicitação de propina foi identificado em anotações de agenda eletrônica de Marcelo Bahia Odebrecht e que foram apreendidas ("17 vs eficácia" - evento 1, anexo6).

Teria havido uma reunião, em 26/01/2015, de Aldemir Bendine com Marcelo Bahia Odebrecht e Fernando Luiz Ayres da Cunha. Na ocasião, ele já teria tratado dos efeitos econômicos da Operação Lavajato sobre as empresas fornecedoras da Petrobrás e alegado que teria sido encarregado pela Presidência da República para tratar de assuntos de liquidez com elas.

Na reunião, segundo relato de Fernando Luiz Ayres da Cunha, com resumo no evento 1, anexo10, Aldemir Bendine fez referência ao aludido crédito da Odebrecht Agroindustrial.

A reunião e o nela ocorrido também foram relatadas por Marcelo Bahia Odebrecht (vídeo do depoimento, evento 3, com transcrição parcial na fl. 8 da representação do MPF, evento 1).

Afirma o MPF que registro de tal reunião foi identificado em anotações de agenda eletrônica de Marcelo Bahia Odebrecht e que foi apreendida (evento 1, anexo11).

Posteriormente à nomeação de Aldemir Bendine para o cargo de Presidente da Petrobrás, foram realizados novos encontros entre Fernando Luiz Ayres da Cunha, André Gustavo Vieira da Silva e Adelmir Bendine.

Afirma Fernando Luiz Ayres da Cunha que passou a receber informações privilegiadas e confidenciais da Petrobrás por meio de André Gustavo Vieira da Silva.

Em nova reunião, André Gustavo Vieira da Silva informou a Fernando Luiz Ayres da Cunha que Aldemir Bendine fazia questão de receber a vantagem indevida de 1% sobre o aludido crédito da Odebrecht Industrial junto ao Banco do Brasil.

A solicitação motivou novo encontro, em 18/05/2015, na casa de André Gustavo Vieira da Silva, entre Marcelo Bahia Odebrecht a Aldemir Bendine.

Afirma o MPF que registro de tal reunião foi identificado em anotações de agenda eletrônica de Marcelo Bahia Odebrecht e que foi apreendida (evento 1, anexo14). Também foi objeto de mensagens eletrônicas trocadas

entre Fernando Luiz Ayres da Cunha e Marcelo Bahia Odebrecht (evento 1, anexo15).

No âmbito da reunião, que também contou com a presença de Fernando Luiz Ayres da Cunha, foi também feita por Aldemir Bendine referência ao aludido crédito concedido pelo Banco do Brasil à Odebrecht Agroindustrial.

Diante do poder do cargo de Presidente da Petrobrás, Marcelo Bahia Odebrecht e Fernando Luiz Ayres da Cunha resolveram desta feita ceder à solicitação, pelo menos parcialmente, tendo acertado um pagamento de três milhões de reais, conforme relatado pelo próprio Marcelo Bahia Odebrecht (vídeo do depoimento, evento 3, com transcrição parcial na fl. 21 da representação do MPF, evento 1):

*“A questão desse relato é porque ele adquiriu uma importância, então, veja bem, ele tinha sido já nomeado interlocutor pra, entre aspas, tentar resolver os problemas que tinham financeiros da Lava Jato. Bom aí ele é nomeado, presidente do Banco do Brasil, ponto, aí Fernando volta para mim e diz, olha Marcelo, André voltou e agora tá dizendo que o cara agora é presidente do Banco do Brasil, ops, presidente da Petrobras, então ele pode criar várias dificuldades para vocês, aí a figura mudou um pouco, quer dizer, uma coisa é o que eu sabia da capacidade dele de perturbar a gente no Banco do Brasil, com empréstimo que tinha embasamento técnico, outra é na Petrobras. Aí eu falei pro Fernando, vamos então, deixa eu perceber isso, é, e vamos marcar uma reunião, porque até então o pedido tinha sido por André para Fernando, eu já tinha me encontrado várias vezes com Dedinho, que até por uma questão protocolar, eu não tinha mencionado nada. É lógico ele fala assim: 'empréstimo', mas nunca insinuou esta questão do achaque. Aí o Fernando marcou esse encontro, é, foi em Brasília, no finalzinho da tarde, na casa do André Gustavo, aí Fernando chegou antes, pra conversar com André, que eu não conhecia a essa época, alinhado, como se seria, é, aí depois eu cheguei, aí os dois falaram, o Marcelo é isso, ele não vai aqui mencionar aqui diretamente esta questão do 1%, mais ele vai claramente fazer menção a empréstimo, dizer a importância, tá? De tal maneira que você entenda, que o que eu estou falando aqui em relação a você é verdade. E foi isso que aconteceu, ele chegou, basicamente a conversa, a gente sentou, era tipo uma varanda fechada da casa do André, e a gente basicamente conversou sobre as dificuldades que estava levando a Lava Jato, a questão dos bloqueios, a questão de tudo, a questão dos financiamentos, ele se colocando sempre como a pessoa que, uma das pessoas que o governo tinha escolhido interagir com as empresas para resolver esses problemas, e aí veio, como a gente tinha esse negócio para a pessoa não falar especificamente de senha, claramente, apesar de a pessoa não falar, 'olha, eu tô pedindo a vocês 1% por conta do empréstimo', ele claramente disse aquilo que o André disse que ele ia falar e que estaria mencionando a questão do 1% do achaque. Aí, eu sai da reunião e falei: 'Olha, o Fernando, eu acho que a essa altura a figura mudou um pouco de, quer dizer, a coisa mudou de figura. Quer dizer, o cara é nomeado por ela, recém-eleito presidente na Petrobras, a gente cheio de problemas na Petrobras, Lava Jato, muda de figura! Vamos fazer o seguinte, administra com o André o pagamento, a gente vai administrando, eu não acho que a gente vai pagar 17, mas vamos administrando'. E de fato, começou, a Fernando acertou todos os pagamentos com André, parece que pagou até 3 milhões e depois interrompeu. Isso foi o que houve. [...] E obviamente a gente estava cedendo ao achaque não por conta da Odebrecht Agroindustrial, não tinha a essa altura, mais nada a ver com a dívida, a dívida era a razão do que ele trouxe o assunto. A essa altura a gente estava cedendo ao achaque por que ele estava na posição de presidente da Petrobras. [...] A razão pela qual eu trago esse tema foi para mostrar o seguinte, uma razão pelas quais eu cedi o achaque foi porque eu tinha tido essa reunião com ele, onde além de*

*presidente da Petrobras ele tinha sido nomeado um dos interlocutores com as empresas envolvendo a Lava Jato para resolver o problema, quer dizer, imagine a situação."*

O pagamento teria sido feito por três entregas de um milhão de reais em espécie, em 17/06/2015, 24/06/2015 e 01/07/2015, na Rua Sampaio Viana, 180, Edifício Option Paraíso, apartamento 43, Paraíso, São Paulo/SP, e foi operacionalizado pelo Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht, codinome "Cobra".

Na busca e apreensão autorizada por este Juízo no processo 5003682-16.2016.4.04.7000 no endereço de Maria Lúcia Guimarães Tavares, secretária do Setor de Operações Estruturadas, foram encontrados registros escritos de tais pagamentos no endereço referido para o codinome "Cobra" (evento 1, anexo19). Seriam três pagamentos, cada um de um milhão de reais. Transcreve-se a anotações relativas ao primeiro pagamento em 17/06/2016:

*"Fazer Requisição*

*Prestador: Paulistinha*

*Solicitante: Fernando Reis x Eduardo Barbosa x Fernando Migliaccio*

*Obra: Agro-Industrial*

*Cod-nome: Cobra*

*Local: São Paulo*

*Senha: Oceano*

*Valor: R\$ 1.000.000,00*

*Data 17/06/2015*

*Endereço: Rua Sampaio Viana, 180 - Flat. Edf. Option Paraíso - Paraíso, apt. 43, procurar Marcelo Marques Cassimiro, das 11:00 às 16:00"*

No processo 5010479-8.2016.4.04.7000, no qual prosseguiram-se as investigações sobre as entregas de valores pelo Setor de Operações Estruturadas, foi informado pelo proprietário do imóvel no referido endereço que ele, entre abril de 2014 a abril de 2016, esteve alugado para Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior que é irmão do aludido André Gustavo Vieira da Silva (fls. 18 e 19 da representação ministerial).

Informações obtidas junto ao COAF (evento 1, anexo22) revelam a realização de operações vultosas em espécie por Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior.

No aludido processo 5010479-8.2016.4.04.7000, foi realizada busca e apreensão em endereços de Antônio Carlos Vieira da Silva e colhido o seu depoimento.

Embora Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior tenha negado conhecer Marcelo Marques Casimiro, pessoa como visto referida nas ordens de pagamento do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, foram identificadas mensagens eletrônicas dele, nas quais se faz referência ao nome de Marcelo, conforme Relatório de Polícia Judiciária nº 334/2016 (evento 1, anexo32). Há mensagens inclusive destinadas ao endereço eletrônico de Marcelo Marques Casimiro.

Ouvido em inquérito (evento 1, anexo51), Marcelo Marques Casimiro afirmou que é taxista e que presta serviços a Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior e confirmou ter recebido a pedido dele três pacotes nas datas das entregas na Rua Sampaio Viana, 180, mas que não sabia que se tratava de dinheiro. Declarou que deixou os pacotes no apartamento e que utilizou, para receber os pacotes, as senhas mencionadas nos documentos do anexo19, evento 1 (Oceano, Rio e Lagoa).

Posteriormente ao pagamento, houve a prisão cautelar de Marcelo Bahia Odebrecht, o que foi decretado, a pedido da autoridade policial e do MPF, no processo 5024251-72.2015.4.04.7000 e foi implementada em 19/06/2015.

Depois do terceiro pagamento de um milhão de reais em 01/07/2015, não houve novos pagamentos, em parte em decorrência da prisão de Marcelo Bahia Odebercht.

Ainda assim, teria corrido em 03/03/2016 um novo encontro entre André Gustavo Vieira da Silva e Fernando Luiz Ayres da Cunha no qual o primeiro teria dito que ainda haveria um saldo de propina a ser pago a Aldemir Benine.

No âmbito da Petição 6646, que tramitava perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal, antes da remessa a este Juízo, o referido André Gustavo Vieira da Silva confirmou parcialmente os fatos.

André Gustavo Vieira da Silva alegou que promoveu encontros entre Marcelo Bahia Odebrecht e Aldemir Bendine e que recebeu os aludidos três milhões de reais em espécie (evento 1, anexo29). Alega, porém, que foram pagamentos por consultoria supostamente prestada por sua empresa MP Marketing Planejamento Institucional e Sistema de Informação Ltda. ao Grupo Odebrecht, especificamente para a Odebrecht Ambiental.

Apresentou duas notas fiscais que teria emitido, ambas em 05/03/2015, relativamente aos serviços, mas que afirma terem sido canceladas a pedido da Odebrecht que insistiu no pagamento em espécie.

Apresentou ainda dois documentos de recolhimento de tributos DARF realizados por André Gustavo Vieira da Silva que afirma serem relativos aos tributos incidentes sobre os recebimentos pelos serviços. As guias de recolhimento, entretanto, datam de 14/03/2017 e 06/04/2017, ou seja, o pagamento de tributos foi realizado dois anos após os recebimentos e somente após a instauração e a publicização das investigações.

O relato de André Gustavo Vieira da Silva não guarda correspondência com os depoimentos dos colaboradores e com o fato do pagamento ter sido efetuado pelo Setor de Propinas da Odebrecht.

Fosse negócio regular, de se esperar o pagamento pela Odebrecht pelas vias usuais.

O fato de André Gustavo Vieira da Silva ter recolhido os tributos incidentes sobre os pagamentos somente após o início das investigações também não favorece a sua versão dos fatos.

Além disso, ele não logrou aparentemente descrever os serviços de consultoria que justificariam um contrato de dezessete milhões de reais e pagamento de três milhões de reais.

Nem tampouco apresentou, o que seria natural em negócio de vulto, o necessário contrato escrito de prestação de serviços ou qualquer elemento material que comprove os serviços prestados.

Chama ainda a atenção a falta de esclarecimento por ele do destino dos valores recebidos.

Em vista dos elementos probatórios referidos, foram realizadas, a partir da distribuição a este Juízo da Petição 6646 e a pedido do MPF, novas diligências.

No processo 5024119-44.2017.4.04.7000, foi decretada a quebra do sigilo telemático dos investigados, no processo 5024124-66.2017.4.04.7000, a quebra do sigilo de dados telefônicos, e no processo 5024130-73.2017.4.04.7000, a quebra do sigilo bancário e fiscal.

As quebras permitiram a colheita de mais provas de corroboração dos relatos de Marcelo Bahia Odebrecht e de Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos.

Foi colhida prova documental de uma relação próxima entre Aldemir Bendine e André Gustavo Vieira da Silva e que ambos buscavam manter suas conversas e encontros sob sigilo.

Demonstração a ligação entre Aldemir Bendine e André Gustavo Vieira da Silva, estando o segundo na lista de contatos do aparelho celular do primeiro (evento 1, anexo35).

Da mesma forma, Aldemir Bendine, identificado como "BB/Dida", também está na lista de contatos do aparelho celular de André Gustavo Vieira da Silva (evento 1, anexo37).

Constatado que ambos se comunicavam pelo aplicativo Wickr, com destruição automática de mensagens. Entretanto, Aldemir Bendine e André Gustavo Vieira da Silva, por motivos desconhecidos realizaram impressões ("prints") de algumas conversas mantidas entre eles (evento 1, anexo35 e anexo37).



Uma das mensagens encontrada nos arquivos do aparelho celular de Aldemir Bendine refere-se ao endereço SHIS QI 3, Conjunto 10, Casa 2, Lago Sul, em Brasília, no qual foram realizadas as referidas reuniões com Marcelo Bahia Odebrecht e de Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos.

Outra das mensagens, consiste no envio por André Gustavo Vieira da Silva para Aldemir Bendine de lista de pessoas próximas ao já notório Lúcio Bolonha Funaro, preso preventivamente por ordem do eminente Ministro Teori Zavascki, conforme decisão de 23/06/2016, na Ação Cautelar 4.186, por envolvimento em lavagem de dinheiro com caráter profissional.

Outra mensagem diz respeito à informações sobre licitação promovida pela Petrobrás enviadas por Aldemir Beninde para André Gustavo Vieira da Silva (evento 1, anexo35, fl. 6).

Algumas mensagens impressas localizadas nos arquivos do aparelho celular de André Gustavo Viera da Silva consistem em trocas de mensagens entre ambos, como números de telefones, seguidas de ordens de destruição (evento 1, anexo 37, fls. 3 e 4).

Em uma troca mensagens, há referência "o processo tá pronto e vai p a diretoria na terça" seguida de "pra aprovar os pagtos?" (evento 1, anexo37, fl. 4)., seguida de ordem de destruição.

Outra mensagem refere-se a um encontro entre ambos em local "discreto" (evento 1, anexo 37, fl. 5).

Esclareça-se que as mensagens foram encontradas em arquivos mantidos em "nuvem" dos aparelhos de celular ou dos aplicativos, uma vez que os próprios aparelhos ainda não foram objeto de busca e apreensão. O acesso a esse material foi viabilizado pela quebra de sigilo telemática.

As quebras de sigilo telefônico também confirmaram as intensas ligações entre Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos e André Gustavo Vieira da Silva, conforme fls. 34-39 da representação do MPF).

A quebra de sigilo fiscal da empresa MP Marketing Planejamento Institucional e Sistema de Informação Ltda. trouxe novos elementos probatórios no sentido de que se trata de empresa de fachada.

Além das duas aludidas notas emitidas em 05/03/2015 contra a Odebrecht Ambiental (evento 1, anexo44), foram identificadas somente mais duas notas fiscais emitidas, uma, em 26/11/2015, para J&F Investimentos, no valor de R\$ 2.169.000,00, e outra, em 16/06/2015, mas também cancelada, para a CESBE S/A Engenharia e Empreendimentos, no valor de R\$ 1.000.000,00 (evento 1, anexo45).

Em relação à nota fiscal emitida contra a J&F Investimentos, do Grupo JBS, há depoimento de Ricardo Saud, executivo do referido grupo, que, em acordo de colaboração homologado pelo Supremo Tribunal Federal, declarou que utilizava os serviços de André Gustavo Vieira da Silva para repasse de propinas a agentes políticos (evento 1, anexo47).

Agregue-se que o MPF colacionou significativa prova circunstancial baseada principalmente em registros de hotéis ou de passagens aéreas de que os investigados Marcelo Bahia Odebrecht, Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos, André Gustavo Vieira da Silva e Aldemir Bendine teriam se reunido nas datas e locais afirmados pelos dois primeiros.

Um elemento também relevante consiste em registro no aparelho celular de Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, irmão de André Gustavo Vieira da Silva, do pagamento de despesas de hospedagem, em 11/01/2016, em favor de Amanda Bendine, filha de Aldemir Bendine (evento 1, anexo55). O fato é mais um elemento de ligação entre Aldemir Bendine com os dois irmãos e eventualmente pode representar o dispêndio em favor dele de parte da propina por eles recebida do Grupo Odebrecht.

Essa a síntese das provas.

De se concluir que, em cognição sumária, há boas provas de que o Grupo Odebrecht teria pago cerca de três milhões de reais em três vezes, nas datas de 17/06/2015, 24/06/2015 e 01/07/2015, a Aldemir Bendine, então Presidente da Petrobrás, por intermédio de André Gustavo Vieira da Silva e de Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior.

Embora os valores não tenham sido completamente rastreados, estando as investigações em andamento, houve identificação segura do percurso dele pelo menos até André Gustavo Vieira da Silva e de Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior que mantêm uma relação estreita com Aldemir Bendine.

O pagamento teria por causa remota o alongamento de uma dívida da Odebrecht Ambiental junto ao Banco do Brasil, na época Aldemir Bendine seria Presidente da instituição financeira, mas causa próxima o cargo assumido em 06/02/2015 de Presidente da Petrobrás por Aldemir Bendine e o poder que ele tinha de favorecer ou prejudicar o Grupo Odebrecht em suas relações com a empresa estatal.

Os fatos podem ser enquadrados como crimes de corrupção ou concussão, a depender da avaliação se houve ou não extorsão contra a Odebrecht.

A transferência da vantagem indevida por mecanismos subreptícios, com utilização do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, a aparente utilização no recebimento de mecanismos próprios de lavagem de dinheiro, com emissão de notas fiscais fraudulentas pela MP Marketing Planejamento Institucional e Sistema de Informação Ltda., podem configurar crimes de lavagem de dinheiro.

Os elementos probatórios sugerem que André Gustavo Vieira da Silva e de Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior seriam profissionais da lavagem de dinheiro e, conforme relato de Ricardo Saud, do Grupo JBS, estariam envolvidos em repasses de propinas para outros agentes públicos, não somente para Aldemir Bendine.

O álibi até o momento apresentado por André Gustavo Vieira da Silva não parece, em cognição sumária, ser sustentável, uma vez que não há qualquer elemento probatório acerca da afirmada prestação de serviços pela MP Marketing ao Grupo Odebrecht, máxime algum que justificaria repasses de três milhões de reais, fato este, a prestação de serviços, também negada pelos colaboradores. O recolhimento de tributos extemporaneamente, em 2017, somente após terem as colaborações se tornado públicas, também não favorece o álibi.

Pode-se também cogitar da presença de elementos probatórios de uma associação criminosa entre os envolvidos, já que as comunicações entre Aldemir Bendine e André Gustavo Vieira da Silva, aquelas poucas que foram de possível recuperação, sugerem uma relação entre eles não esporádica, mas contínua. Da associação, também participaria Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior.

Mas desnecessário no momento avaliar essas questões de forma exaustiva, dependendo as conclusões do salutar contraditório.

Necessário, por ora, analisar essas provas no que se refere somente aos pedidos formulados pelo MPF.

**4.** O MPF requereu a prisão preventiva de Aldemir Bendine, André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior.

Subsidiariamente, requereu a prisão temporária.

Pela análise probatória, forçoso reconhecer a presença dos pressupostos da preventiva, boa prova de materialidade e de autoria, de crimes de corrupção ou concussão, lavagem e associação criminosa.

Relativamente aos fundamentos da preventiva, chama a atenção a realização do acerto do pagamento de vantagem indevida em 2015, quando já avançadas e notórias as investigações da assim denominada Operação Lavajato, envolvendo ainda executivo que foi nomeado para a Petrobrás com o aparente objetivo de superar os problemas relacionados à corrupção sistêmica então já identificada.

Também de se destacar os elementos que sugerem não se tratar o fato de um episódio isolado, mas que existiria uma relação mais profunda entre Aldemir Bendine, André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, os dois últimos aparentes profissionais da lavagem de dinheiro.

Apesar do rastreamento parcial da vantagem indevida, não houve, por outro lado, ainda o rastreamento completo, o que inviabilizou até o momento o sequestro e recuperação do produto do crime. No contexto, há um risco de dissipação que a preventiva pode servir para prevenir.

Tal risco é agravado pela identificação, na quebra telemática, de mensagem eletrônica datada de 09/05/2017, que sugere que Aldemir Benine estaria em vusca de um banco no exterior, o que pode ser motivado pela intenção de ocultação do produto do crime alhures (fl. 52 da representação do MPF e evento 1, anexo63).

Presente um aparente risco à instrução, pois os indícios são de que André Gustavo Vieira da Silva apresentou documentos fraudulentos em Juízo, especificamente perante o Supremo Tribunal Federal, para justificar falsamente as transações. Como afirmado pelo MPF:

*"Existem, assim, fortes evidências de que a versão apresentada por André Gustavo seria fantasiosa e minuciosamente fabricada para ludibriar as investigações, inclusive com a apresentação de documentos aparentemente fraudulentos e a adoção de recentes condutas com o escopo de acobertar os crimes aqui narrados (vide recolhimentos de tributos feitos em 14/03/2017 e 06/04/2017 para tentar fazer prova da efetiva prestação do alegado serviço de consultoria). (fl. 26)*

Constatado ainda que Aldemir Bendine, ciente das investigações, adquiriu passagem de ida para Lisboa para 28/07/2017 (evento 1, anexo65, fl. 53 da representação).

Segundo o MPF, não foi identificada a aquisição de passagem de retorno, o que é um indicativo de possível fuga e, portanto, risco à aplicação da lei penal.

Aldemir Bendine ainda tem dupla cidadania, no caso brasileira e italiana, com o que, caso se refugie no exterior, haverá dificuldade para eventua etradição (evento 1, anexo66).

Apesar da aparente presença dos pressupostos e fundamentos da preventiva, é mais apropriado acolher no momento o pedido subsidiário da prisão temporária.

A imposição da prisão temporária viabilizará o melhor exame dos pressupostos e fundamentos da preventiva após a colheita do material probatório na busca e apreensão e após a oitiva dos investigados.

É certo que, no curto prazo da temporária, será difícil o exame completo do material pela Polícia, mas é possível que verificações sumárias, aliadas aos depoimentos dos investigados joguem melhor luz sobre o mundo de sombras que encobre a sua atividade.

A prisão temporária ampara-se ainda nos indícios de prática de crimes de corrupção ou extorsão, lavagem, fraudes, além de associação criminosa, esta atualmente exigindo somente o concurso de três pessoas.

A medida, por evidente, não tem por objetivo forçar confissões. Querendo, poderão os investigados permanecer em silêncio durante o período da prisão, sem qualquer prejuízo a sua defesa.

Reputa-se ela imprescindível no contexto de aparente produção de provas fraudulentas pelos investigados, além da constatação de que eles têm agido com extrema cautela, inclusive utilizando, para comunicação, aplicativos que promovem a destruição automática das mensagens enviadas e recebidas.

Assim, atendidos os requisitos do artigo 1.º, I e III, Lei n.º 7.960/1989, sendo a medida necessária pelas circunstâncias do caso, defiro parcialmente o requerido pelo MPF e **decreto a prisão temporária** por cinco dias de Aldemir Bendine, André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior.

**Expeçam-se** os mandados de prisão temporária, consignando neles o prazo de cinco dias, e a referência ao artigo 1.º da Lei n.º 7.960/1989, ao crimes do art. 1.º da Lei nº 9.613/1998 e dos arts. 288, 299, 317 e 333 do CP. Consigne-se nos mandados de prisão o nome e CPF de cada investigado e o endereço respectivo.

Consigne-se nos mandados que a utilização de algemas fica autorizada na efetivação da prisão ou no transporte dos presos caso as autoridades policiais imediatamente responsáveis pelos atos específicos repute necessário, sendo impossível nesta decisão antever as possíveis reações, devendo, em qualquer caso, ser observada, pelas autoridades policiais, a Súmula Vinculante n.º 11 do Supremo Tribunal Federal.

Ao fim do prazo de cinco dias, decidirei sobre o pedido de prisão preventiva **caso haja novo requerimento** da autoridade policial ou do MPF nesse sentido, com esclarecimento, ainda que sumário, do verificado após o cumprimento das temporárias.

Os mandados deverão ser cumpridos conjuntamente e, por evidente, **antes do dia 28/07/2017**, considerando a viagem de ida de Aldemir Bendine para Portugal, caracterizada como possível fuga.

**5.** Pleiteou o MPF autorização para **busca e apreensão** de provas nos endereços dos investigados e de suas empresas.

O quadro probatório acima apontado é mais do que suficiente para caracterizar causa provável a justificar a realização de busca e apreensão nos endereços dos investigados.

Assim, defiro, nos termos do artigo 243 do CPP, o requerido, para autorizar a expedição de mandados de busca e apreensão, a serem cumpridos durante o dia nos endereços relacionados aos seguintes investigados e suas empresas:

- a) Aldemir Bendine;
- b) ZB Empreendimentos e Participações S/A (empresa constituída por familiares de Aldemir Bendine quando ele assumiu a Presidência da Petrobrás, talvez mera empresa de administração de patrimônio familiar);
- c) André Gustavo Vieira da Silva;
- d) Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior;
- e) Arcos Propaganda Ltda., empresa relacionada a André Gustavo Vieira da Silva e a Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior;

f) MP Marketing, Planejamento Institucional e Sistema de Informação Ltda. ME.

Os mandados terão por objeto a coleta de provas relativa à prática pelos investigados dos crimes de corrupção, concussão, lavagem de dinheiro, associação criminosa evasão fraudulenta de dívidas e de falsidade, além dos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, especificamente:

- registros e livros contábeis, formais ou informais, recibos, agendas, ordens de pagamento e documentos relacionamentos a manutenção e movimentação de contas no Brasil e no exterior, em nome próprio ou de terceiros, bem como patrimônio em nome próprio ou de terceiros;

- documentos que elucidem a causa dos pagamentos efetuados pelo Grupo Odebrecht a Aldemir Bendine, André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, ou as suas empresas;

- documentos relativos a pagamentos efetuados a Aldemir Bendine, ou em favor dele, por André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, ou por suas empresas;

- documentos relativos à titularidade de propriedades ou a manutenção de propriedades em nome de terceiros;

- documentos relativos à criação de empresas off-shores em nome próprio ou de terceiros;

- documentos formais ou informais relativos à prestação de contas a terceiros;

- HDs, laptops, pen drives, smartphones, arquivos eletrônicos, de qualquer espécie, agendas manuscritas ou eletrônicas, dos investigados ou de suas empresas, quando houver suspeita que contenham material probatório relevante, como o acima especificado;

- valores em espécie em moeda estrangeira ou em reais de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 ou USD 50.000,00 e desde que não seja apresentada prova documental cabal de sua origem lícita.

Consigne-se nos mandados, em seu início, o nome dos investigados ou da empresa ou entidade e os respectivos endereços, cf. especificação da autoridade policial.

No desempenho desta atividade, poderão as autoridades acessar dados, arquivos eletrônicos e mensagens eletrônicas armazenadas em eventuais computadores ou em dispositivos eletrônico de qualquer natureza, inclusive smartphones, que forem encontrados, com a impressão do que for encontrado e, se for necessário, a apreensão, nos termos acima, de dispositivos de bancos de dados, disquetes, CDs, DVDs ou discos rígidos. Autorizo desde logo o acesso pelas autoridades policiais do conteúdo dos computadores e dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações

eventualmente registradas. Autorizo igualmente o arrombamento de cofres caso não sejam voluntariamente abertos. Consigne-se estas autorizações específica no mandado.

As diligências deverão ser efetuadas simultaneamente e se necessário com o auxílio de autoridades policiais de outros Estados, peritos ou ainda de outros agentes públicos, incluindo agentes da Receita Federal.

Considerando a dimensão das diligências, deve a autoridade policial responsável adotar postura parcimoniosa na sua execução, evitando a colheita de material desnecessário ou que as autoridades públicas não tenham condições, posteriormente, de analisar em tempo razoável.

Deverá ser encaminhado a este Juízo, no prazo mais breve possível, relato e resultado das diligências.

Desde logo, autorizo a autoridade policial a promover a devolução de documentos e de equipamentos de informática se, após seu exame, constatar que não interessam à investigação ou que não haja mais necessidade de manutenção da apreensão, em decorrência do término dos exames. Igualmente, fica autorizado a promover, havendo requerimento, cópias dos documentos ou dos arquivos eletrônicos e a entregá-las aos investigados, as custas deles.

A competência se estabelece sobre crimes e não sobre pessoas ou estabelecimentos. Assim, em princípio, reputo desnecessária a obtenção de autorização para a busca e apreensão do Juízo do local da diligência. Esta só se faz necessária quando igualmente necessário o concurso de ação judicial (como quando se ouve uma testemunha ou se requer intimação por oficial de justiça). A solicitação de autorização no Juízo de cada localidade colocaria em risco a simultaneidade das diligências e o seu sigilo, considerando a multiplicidade de endereços e localidades que sofrerão buscas e apreensões.

A **efetiva** expedição dos mandados de busca dependerá da apresentação dos endereços discriminados dos investigados, conforme manifestação da autoridade policial.

**6.** Pleiteou o MPF o sequestro de ativos mantidos pelos investigados em suas contas correntes.

Autorizam o artigo 125 do CPP e o artigo 4.º da Lei n.º 9.613/1998 o sequestro do produto do crime.

Viável o decreto do bloqueio dos ativos financeiros dos investigados em relação aos quais há, em cognição sumária, prova de pagamento ou recebimento de propina.

Não importa se tais valores, nas contas bancárias, foram misturados com valores de procedência lícita. O sequestro e confisco podem atingir tais ativos até o montante dos ganhos ilícitos.

Considerando os fatos narrados, resolvo decretar o bloqueio das contas dos investigados até o montante de três milhões de reais.

Defiro, portanto, o requerido e decreto o bloqueio dos ativos mantidos em contas e investimentos bancários dos seguintes investigados e de suas empresas:

a) Aldemir Bendine, CPF 043.980.408-62;

b) André Gustavo Vieira da Silva, CPF 499.514.914-72;e

c) Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, CPF 408.442.934-15;

d) MP Marketing, Planejamento Institucional e Sistema de Informação Ltda. ME., CNPJ 04.839.832.0001-57.

Os bloqueios serão implementados, pelo BacenJud quando da execução dos mandados de busca e de prisão. Junte-se oportunamente o comprovante aos autos.

Observo que a medida ora determinada apenas gera o bloqueio do saldo do dia constante nas contas ou nos investimentos, não impedindo, portanto, continuidade das atividades das empresas ou entidades, considerando aquelas que eventualmente exerçam atividade econômica real. No caso das pessoas físicas, caso haja bloqueio de valores atinentes à salários, promoverei, mediante requerimento, a liberação.

Quanto ao bloqueio das contas de ZB Empreendimentos e Arcos Propaganda, entendo que, como se trata de medida mais drástica, necessária prova mais robusta de que receberam valores dos crimes narrados.

7. Esclareça-se, por fim, que a competência para o feito é deste Juízo.

A investigação nos processos no âmbito da Operação Lavajato abrangem crimes de corrupção e lavagem de dinheiro transnacional, com pagamento de propinas a agentes da Petrobrás em contas no exterior e a utilização de expedientes de ocultação e dissimulação no exterior para acobertar o produto desse crime. Embora a Petrobrás seja sociedade de economia mista, a corrupção e a lavagem, com depósitos no exterior, têm caráter transnacional, ou seja iniciaram-se no Brasil e consumaram-se no exterior, o que atrai a competência da Justiça Federal. O Brasil assumiu o compromisso de prevenir ou reprimir os crimes de corrupção e de lavagem transnacional, conforme Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 e que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006. Havendo previsão em tratado e sendo os crimes transnacionais, incide o art. 109, V, da Constituição Federal, que estabelece o foro federal como competente.

Há, aliás, como visto, indício de que o numerário recebido como vantagem indevida pode ter sido objeto de ocultação em conta no exterior.

Por outro lado, como adiantado, a investigação do esquema criminoso, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR,



sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a referida ação penal 5047229-77.2014.404.7000, havendo conexão e continência entre todos os casos da Operação Lavajato.

No presente momento, aliás, é muito difícil negar a vinculação entre todos esses casos que compõem o esquema criminoso que vitimou a Petrobrás.

Agregue-se que o presente caso iniciou-se perante este Juízo em decorrência de declinação de competência pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal da Petição 6646,

De todo modo, a discussão mais profunda da competência demanda a prévia definição da imputação e a interposição eventual de exceção de incompetência.

**8. As considerações ora realizadas** sobre as provas tiveram presente a necessidade de apreciar o cabimento das prisões, buscas e sequestros, requeridos, tendo sido efetuadas em cognição sumária. Por óbvio, dado o caráter das medidas, algum aprofundamento na valoração e descrição das provas é inevitável, mas a cognição é *prima facie* e não representa juízo definitivo sobre os fatos, as provas e as questões de direito envolvidas, algo só viável após o fim das investigações e especialmente após o contraditório.

Decreto o sigilo sobre esta decisão e sobre os autos dos processos até a efetivação da prisão e das buscas e apreensões. Efetivadas as medidas, não sendo mais ele necessário para preservar as investigações, fica levantado o sigilo. Entendo que, considerando a natureza e magnitude dos crimes aqui investigados, o interesse público e a previsão constitucional de publicidade dos processos (artigo 5º, LX, CF) impedem a imposição da continuidade de sigilo sobre autos. O levantamento propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal.

**Ciência** à autoridade policial e ao MPF desta decisão.

**Deverá a autoridade policial** confirmar os endereços das buscas. Havendo a confirmação, **expeça** a Secretaria os mandados e entreguem-se os mesmos à autoridade policial.

Curitiba, 20 de julho de 2017.

---

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003639357v36** e do código CRC **60cba4e1**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO  
Data e Hora: 20/07/2017 16:26:48

---

**5030176-78.2017.4.04.7000**

**700003639357.V36 SFM© SFM**